

Notas sobre Mercado de Trabalho e Região Metropolitana de Salvador

Pedro Castro*

RESUMO: Na primeira parte deste texto, o autor, a partir de considerações teórico-metodológicas, questiona um modelo analítico que supõe relações de causa e efeito entre a “abertura econômica” e o “emprego regional”, tendo em vista questões já levantadas por pioneiros da Teoria da Regulação, economistas da Região Metropolitana de Salvador e clássicos da sociologia do trabalho que, ao explicarem o comportamento de variáveis do mercado de trabalho local, sugerem recurso a variáveis socioeconômicas e estruturais ou conjunturais ausentes de modelos analíticos. Na segunda parte, sugere-se uma abordagem alternativa ao modelo aqui criticado. Na terceira parte, resgatam-se análises de processos e situações relativas a alguns setores de atividade socioeconômica da Região Metropolitana de Salvador - RMS, com destaque da dimensão informal e sinalização de processos sociais implícitos aos indicadores da economia regional. Na quarta parte, formula-se o esboço de idéias em torno de possível linha de pesquisas tópicos de natureza teórica e empírica, tendo como objeto central atividades setoriais, particularmente “informais” e principalmente do setor terciário da região considerada.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho; Região Metropolitana de Salvador, economia.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Inicialmente, este trabalho pretende questionar o modelo analítico adotado, em nosso entender, no encontro regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, ocorrido em João Pessoa, no segundo semestre de 1998, sugestivo de uma relação de causa e efeito ou, ao menos, de relação de implicação, entre a abertura econômica como variável independente e o emprego regional, como dependente ou, se se preferir, a primeira explicando ou induzindo o segundo.

* Professor (aposentado) Associado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) – UFF/RJ.

A nosso juízo, tal modelo incorre no viés de expressar uma ótica evolucionista histórica simplificadora da realidade, ao sustentar-se no postulado de uma evolução inelutável e conjugada da técnica, do econômico e do social, com direcionamento de relações, ao menos discutível.

Preliminarmente, em consonância com a posição assumida neste trabalho e até mesmo no propósito explícito no “folder” divulgador daquele encontro – “discutir as interpretações recentes acerca das transformações no mercado de trabalho regional e local, na perspectiva da abertura da economia brasileira” – é preciso esclarecer, que nos dispensamos de qualquer discussão em torno do ângulo maior dessa questão, relativo às prováveis variações de significado, quanto a tempo e espaço, em torno da expressão “abertura econômica brasileira”, naturalmente sem esquecer das possíveis querelas que seu exame poderia proporcionar.

Contudo, como se sabe, mesmo no âmbito da teoria econômica, desde os primeiros resultados e a caracterização da especificidade da abordagem da teoria da regulação (TR) que seus pioneiros, ao criticarem o exclusivismo da “razão econômica”, levantaram duas questões do interesse de nossa reflexão neste trabalho, a saber: de um lado, como explicar a passagem do crescimento à crise e, de outro, como dar conta das *instituições* e do papel que elas têm na dinâmica econômica. Questões que deram origem, desde então, à hipótese básica dessa corrente de que as instituições são largamente autogeradas pelos conflitos entre grupos e classes sociais, correspondendo a “compromissos que se desenvolvem a partir desses conflitos e que tomam a forma de contratos, leis ou regulamentos e são materializados

na burocracia dotada de poderes de supervisão e de controle, em geral acompanhados de poderes de sanção”.

Ao criticarmos a abordagem sugerida no título do item temático daquele encontro da ABET,¹ devemos tornar claro que o que pretendemos aqui se apóia, de um lado, em visões como as de Reynaud (s/d), que aponta para uma espécie de interação entre as dimensões do técnico, do econômico e do social, mas também em idéias como as expressadas em trabalhos como os de Kern e Schumann (1970) e resgatada por Marc Maurice (1994) ao afirmar sobre o trabalho de pesquisa daqueles dois:

Um dos interesses desta minuciosa pesquisa efetuada nos anos 60 é de pôr em evidência uma forte diferenciação das estruturas do trabalho e da qualificação, em função dos sistemas técnicos das indústrias em curso de modernização.

Nesta parte do trabalho é como se estivéssemos também levando em conta, sobretudo no plano econômico dessas reflexões, formulações como as de Gabriel Kraychete que, invocando Fernand Braudel, afirma que “sem o mercado não haveria economia”, no sentido corrente da palavra e que “por si só o mercado é uma abertura, um acesso a outros mundos”, ao tempo em que destaca particularidades do setor informal, que prefere denominar de “economia dos setores populares”.

Por outro lado, é antigo o debate, mesmo entre os clássicos da sociologia do trabalho, sobre a questão de um determinante exclusivo e a crítica a este postulado, invocando a interação entre inúmeras variáveis determinantes.

¹ Realizado na cidade de João Pessoa no 2º semestre de 1998.

ABORDAGEM ALTERNATIVA

Ao encararmos o tema do “emprego regional”, para tentar registrar nossas reflexões, sugerimos um enfoque pretensamente inverso ao implícito no título daquela mesa. E, ao fazê-lo, descartamos ao menos a relação de implicação nele suscitada, entre “abertura econômica e emprego regional”, para propor o desenvolvimento de uma reflexão basicamente centrada numa espécie de caracterização regional, ainda que no bojo do leque maior do mercado de trabalho.

Em outras palavras, é como pinçar uma ponta do *iceberg* sugerido pelo título de mesa daquele encontro, relativa ao “emprego regional”, e desenvolver algumas idéias sobre ele, não adotado necessariamente como variável dependente, porém caminhando mais no sentido de busca de um modelo explicativo mais problemático ou complexo, se se preferir, que consiga contribuir para dar conta de questões como as levantadas por Azevedo e Menezes (1996) em seu trabalho sobre mercado de trabalho em algumas regiões metropolitanas brasileiras, ao constatarem, a partir de 1994, o desvio da taxa de desemprego de algumas regiões metropolitanas no país, inclusive a de Salvador, em relação ao comportamento esperado desta, como consequência dos movimentos conjunturais, e de

flutuações observadas nos períodos anteriores menores do que se poderia esperar... sugerindo uma elevada flexibilidade dos rendimentos do trabalho que diminuiria os impactos dos diques de oferta sobre o emprego ou a existência de fenômenos mais estruturais, que sinalizariam transformações mais profundas da estrutura econômica, com reflexos diretos sobre o mercado de trabalho no país.

Ora, estudos recentes no Brasil, tanto de analistas do Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE, com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, quanto dos analis-

tas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, também chamam a atenção para as particularidades das semelhanças e diferenças do comportamento das variáveis do mercado de trabalho regional e nacional, tendo em vista tanto fatores estruturais como conjunturais, inclusive de natureza contextual e local.

Paralelamente, ao tempo em que compartilhamos das formulações desses autores quanto à necessidade de revisão de certas relações esperadas, estaremos também motivados por convicções como a expressa por Margaret Maruani e Emmanuèle Reynaud (1993) de que

as formas de desemprego, tanto quanto as categorias de população nelas envolvidas, os tipos de emprego, de sub-emprego, ou de não emprego, são elementos que se constituem socialmente, quer dizer, em função de normas e de regras sociais...

Com todas as suas conseqüências na relação com a divisão do emprego, repartição de um bem raro entre categorias sociais, considerando que as opções que presidem a essa divisão são fruto de um raciocínio tanto em termos de legitimidade social, quanto de um cálculo econômico e, por último, das políticas de emprego postas em ação que procedem arbitragens entre grupos sociais.

CASO ILUSTRATIVO

O caráter preliminar das reflexões aqui apresentadas carece, de um lado, da construção de um modelo teórico, sistemática e detalhadamente elaborado, ao tempo em que demanda uma comprovação empírica consistente, tarefas gigantes para os limites deste trabalho. No entanto, estamos convencidos de que é possível bosquejar algum conhecimento acumulado em torno, por exemplo, de uma região como a Metropolitana de Salvador, capaz de fundamentar a sugestão de

tópicos de pesquisa em dois grandes eixos, um teórico e outro empírico, voltados para a construção da abordagem alternativa aqui suscitada.

Com efeito, resgatamos a seguir a partir de estudos anteriores a situação de alguns setores ou ramos de atividades historicamente desenvolvidas e ainda hoje existentes na Região Metropolitana de Salvador, cujo processo de expansão, declínio ou estagnação em si revelam traços do que aqui estamos chamando de metamorfose ou processo de transformação, cuja configuração permite registrar tendências e comportamentos significativos desse contexto particular, no tocante a aspectos relevantes do mercado de trabalho regional.

ARTESANATO

Em sua dissertação de mestrado, de 1969, Perseu Abramo, após significativa reflexão sobre o trabalho e a estrutura social, o mercado de trabalho e os sistemas de remuneração e recrutamento, dedica o final de seu estudo ao “trabalho informal”, com a parte empírica de suas formulações referidas ao estado da Bahia e particularmente a ocupações localizadas no interior da região atualmente conhecida como “Região Metropolitana de Salvador”.

Partindo do pressuposto de que o adjetivo “marginal”, no contexto de sua análise, tinha o sentido de diferenciar esse tipo de trabalho do tipo de trabalho que, fundamentalmente, caracterizaria uma “sociedade capitalista como o Brasil” (o trabalho assalariado, na empresa, quer industrial, quer agrícola, quer de outra modalidade), esse autor afirmava que a compreensão do processo de diferenciação dos demais setores permanecia no plano das dúvidas, das conjecturas e, no melhor dos casos, de algumas hipóteses, ainda longe de comprovação.

A título de exemplo, ele perguntava se a

marginalidade do trabalho artesanal – como diferenciado do trabalho assalariado na empresa – implicava em que apenas excepcionalmente alguns indivíduos a eles se dedicam, enquanto o grosso da população estaria engajado no trabalho-tipo da estrutura social brasileira.

E insinuava que a resposta teria que ser *não*, ao informar que, segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1964 e o Censo Industrial de 1960, ambos do IBGE, haveria um total, em 1949, de 32.804 e em 1959, de 38.927, operários industriais no Estado da Bahia, enquanto em relatório de pesquisa sobre o artesanato, à mesma época, Artur Ferreira (IPTA, Salvador, 1962) indicava um total de 85.642 pessoas trabalhando na produção artesanal, em 1958, no Estado.

Àquela época, Perseu Abramo já questionava também se a marginalização dos dois tipos de trabalho a que ele se referia – o doméstico e o artesanal – implicava na marginalidade dos trabalhadores, sugerindo que, sob certa ótica, tais trabalhadores nada mais seriam do que “desempregados disfarçados”, enquanto, à luz de outro enfoque, a “marginalidade” daqueles trabalhadores em relação ao mercado de trabalho assalariado não os impedia de integração na sociedade, na forma de sua absorção pela estrutura socioeconômica de então, em todo o Nordeste do Brasil. O autor questionava, também, a diferenciação estabelecida entre trabalho marginal e trabalho assalariado, formulando vasto elenco de perguntas que poderiam ser respondidas de variadas formas em torno do caráter, do significado histórico, da tendência temporal, do sentido de preservação ou de extermínio da atividade artesanal.

Em seu trabalho, esse autor resgatava vários estudos realizados então sobre o artesanato na Bahia, nos quais se evidenciavam as dificuldades de definição da atividade artesanal e registrava que, em meio

à discussão em torno de categorias como artesanato, oficialato, professorado, patriciado, patriarcado, orfanato, papado, aprendizado, sindicato, proletariado e patronato, a equipe dirigida pela antropóloga Juanita Elbein fixara-se no sentido “institucional” do artesanato, resultando na hipótese do artesanato caracterizado como “institucional”, embora envolvendo características que o diferenciariam de outras instituições sociais.

Ao examinar o significado do artesanato em relação aos setores econômicos, o autor entendeu que no setor primário, parecia haver menos semelhança entre as atividades do primário e do artesanato; no setor secundário residiriam as diferenças mais acentuadas com o artesanato e, finalmente, no terciário, haveria maior característica de produção “pós-capitalista”, com formas para-coletivizadas de produção e, em conseqüência, com maior equivalência com o trabalho artesanal.

Finalmente, o autor desenvolveu o exercício de comparar certas categorias (historicidade, totalidade, divisão do trabalho, produto, propriedade e alienação – esta entendida como síntese das demais), para confrontar a hipótese de que o artesanato caracterizar-se-ia por oposição ao processo essencial de produção capitalista, e aos grupos sociais dele decorrentes, com o seu contrário – a hipótese de que o artesanato, por se constituir em grupos marginalizados em relação à estrutura socioeconômica fundamental, seria mais alienado em relação ao seu papel histórico na sociedade do que o então proletariado do campo e da cidade.

Foi nessa linha de reflexão que Perseu Abramo argüiu a possibilidade de formulação de hipóteses como as já registradas sobre o significado do artesanato na estrutura socioeconômica do mercado de trabalho de então, na Bahia, ao lado de outras como a que o via como

complementar ao processo de produção industrial capitalista. E chamava a atenção para o fato de que a prevalecer esta última, a evolução dirigida do artesanato deveria ser orientada no sentido de desenvolver as características (qualidade sobre a quantidade, concentração do circuito completo nos produtos e não sua divisão por intermediários e produção e comercialização, descentralização dos produtos, tipos e objetos e dos produtores, a despadronização do produto e o desenvolvimento de seu conjunto criativo e desalienante), que o diferenciariam e não que os aproximassem do trabalho industrial.

Como se sabe, atualmente, o setor informal no Brasil, inclusive na Região Metropolitana de Salvador, configura-se muito mais complexamente do que a concepção da época em que Perseu Abramo distinguia o “trabalho marginal”, abrangendo o “domiciliar” e o “artesanal”, dedicando a este maior atenção. Não obstante, o autor também já se referia ao que denominou de “artesanato moderno”, desenvolvido e estimulado em várias partes do mundo, desde então, como seria o caso da França, onde três milhões e meio de pessoas viviam desta atividade. E, no caso do Estado da Bahia, com perspectivas de expansão, também desde aquela época em que Perseu destacava os “oleiros” da cerâmica de Maragogipinho, ao lado de artesãos de produtos utilitários (principalmente culinários) ou como os de prataria de Salvador, ou de quitutes, como o acarajé e produtos semelhantes.

De qualquer modo, no presente, grande parcela do artesanato na Região Metropolitana de Salvador está bastante consolidada e integrada à economia regional local, notadamente a que diz respeito ao complexo turístico da região.²

² Aliás, sobre o dinamismo já existente e prospectivo, ao final da década de 90, realizou-se na própria cidade do Salvador, núcleo da RMS, mais um seminário internacional sobre o artesanato.

Setor Primário

Em seu artigo de 1986, Sá Barreto também registrou transformações ocorridas nesse setor da vida econômica do Estado da Bahia, onde se localiza a RMS. A autora afirmava que

apesar do processo de mudança na base técnica da agropecuária do Estado, que continua a se consolidar, os dados apresentados anteriormente revelam que os fluxos migratórios do Estado permanecem sendo negativos e de grande magnitude. No entanto, a última década já apresentou algumas mudanças na qualidade desse processo: de um lado, a redução do ritmo de crescimento do saldo migratório, que passa de 38% (década de 1960/70 em relação à de 1950/60) para 8,5% no período subsequente; de outro, a constatação de que essa redução tem como componente básico o aumento da imigração (221%) e não a redução da emigração (que cresce 35%)

e que

se pode afirmar que o processo de desenvolvimento das atividades agrárias não foi capaz de fixar os baianos no Estado, apesar de ter mostrado relativa capacidade de atrair migrantes de outros Estados,

sobre o que registra que

a moderna lavoura no Estado, na Chapada Diamantina e no Oeste, por exemplo, é em grande parte, realizada por paulistas, paranaenses, gaúchos etc..

Ainda no plano estadual, vale a pena registrar o testemunho de Machado (1998), em seu recente artigo sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente, na Bahia. Referindo-se a uma das regiões que já foram mais dinâmicas no Estado, diz ele:

Dado o momento de crise econômica da região cacaueteira, o preço da terra caiu consideravelmente, facilitando o aumento das ocupações pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. A questão fundiária no Brasil ainda é problemática, caracterizada de um modo geral, por um modelo historicamente concentrador de terras e de renda no campo. A reforma agrária, indubitavelmente, surge como alternativa mais viável e menos custosa para se manter o indivíduo e sua família no campo. Com a pobreza e a miséria que se expandem,

principalmente nos centros urbanos, a desconcentração do modelo faz-se necessária.

Além de conotações como essas sobre a agropecuária local, já há estudos também registrando o surto de dinamismo localizado em outras regiões agropecuárias do Estado, como é o caso da região de fruticultura que se vem expandindo na área do denominado cerrado baiano.

Finalmente, no tocante ao reflexo desse processo relativo ao setor agropecuário do Estado sobre a Região Metropolitana de Salvador, que antes era parte do significativo Recôncavo açucareiro, hoje, em termos de população ocupada, por exemplo, não abriga mais do que 2% do total no setor de atividades agrícola, pecuária e de extração vegetal, praticamente inexpressivas em relação aos demais setores de atividade econômica.

Indústria

Sobre esse setor, em 1987, o saudoso falecido Rômulo Almeida dizia que

a industrialização realizada na Bahia foi um êxito, dentro do esquema que era possível. Note bem, quando a gente começou a trabalhar o planejamento da Bahia, sempre pensamos em indústrias mais empregadoras, porém essas indústrias mais empregadoras são geralmente indústrias de bens de consumo. Elas não têm condições favoráveis para se instalar na Bahia, porque nosso Estado encontra-se entre o Sul e Pernambuco, que já desenvolveu muito mais essa área. E não temos ainda um mercado sub-regional suficiente para estimular a criação de indústrias de consumo. Então, realmente, o caminho que nós descobrimos, desde os tempos da CPE, na década de 50, foi o das indústrias de bens intermediários, pelo menos na primeira fase. O Pólo Petroquímico foi um sucesso extraordinário, sem dúvida nenhuma. Agora, qual foi o efeito indireto do Pólo? Isso aí, só os dados gerais podem indicar. Eu acredito que esse efeito foi muito importante, inclusive em termos de emprego indireto...

Em artigo de 1993, advertindo sobre o caráter não-definitivo dos resultados do trabalho meramente descritivo, Azevedo (1993) diz que, sobre ocupação industrial na RMS,

ficaram evidentes a presença marcante dos negros na população trabalhadora, a indiferenciação setorial no que se refere à formalização da previdência social e à importância da variável idade no comportamento frente à seguridade. Apesar da grande participação dos negros entre os ocupados na indústria, também ficou clara a demonstração da discriminação referente à posição na ocupação, com uma participação proporcionalmente maior de brancos entre os empregadores e donos de negócio familiar. Também os novos migrantes apresentam uma composição racial diferenciada do conjunto dos ocupados nas indústrias já existentes na RMS.

De qualquer modo, em síntese, pode-se afirmar que a RMS, localizada num Estado cujo número de empregados no setor artesanal, na década de 50, era quase duas vezes superior aos ocupados na indústria, hoje tem em torno de 20% do pessoal ocupado no setor industrial, o que também revela relevantes mudanças aí ocorridas nos últimos 40 anos.

Terciário Informal

Outro estudo a que recorreremos para esta caracterização resumida do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador foi o já mencionado de Azevedo e Menezes (1996), no qual se constata uma

precária homogeneização dos mercados de trabalho metropolitanos, com certa convergência dos rendimentos médios, redução do trabalho assalariado com carteira assinada, aumento da taxa de desemprego e redução da taxa de atividade.

Esses autores registram também que

entre os anos 80 e 90, percebe-se, então, grande diminuição da qualidade dos empregos, uso mais freqüente de contratações sem registro,

novas formas de trabalho por conta própria e realce do trabalho doméstico como forma de sobrevivência, além dos trabalhos e construções para uso próprio que passam a fazer parte das novas estratégias de subsistência de grandes contingentes populacionais, localizados nos grandes e médios centros urbanos do país. Nesse contexto, pode-se dizer que, além de uma elevação dos níveis de desemprego, aumentou o grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

Ainda nesses autores é possível constatar que, num dos períodos analisados (1983-95), além da tendência geral de aumento da taxa de atividade e estagnação ou declínio da taxa de desemprego aberto, em 4 regiões metropolitanas do país (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador), há algumas singularidades desta última que, junto com a de São Paulo mostrou, em 1992, taxas mais elevadas que as de 1983, têm-nas também reduzidas a partir daí, além de excetuar-se em relação às demais no ano de inflexão, que foi o de 1992, mantendo o aumento de sua taxa de desemprego aberto mais ou menos constante, em todo o período considerado (1990/1996). Neste, a RMS não se diferenciou de outras 5 do país (São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro), com a taxa de atividade em declínio, em todas elas, queda e posterior recuperação do nível de rendimento médio e diminuição do emprego formal com carteira de trabalho assinada.

A Região Metropolitana de Salvador, comparada outra vez com a de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre foi onde o desemprego infantil era menor; compartilhando com Porto Alegre as taxas de desemprego masculino e feminino, na faixa de idade entre 15 e 19 anos, em 1995 e em 1992 seu maior desemprego esteve entre os homens que tinham entre 1 e 10 anos de estudo e as mulheres entre 1 e 14 anos de estudo. No período 1983-1984, a Região Metropolitana de Salvador, comparada com as outras três, apresentava forte aumento

da informalidade, ainda que a participação relativa do trabalho por conta própria tenha se mantido estável.

Já vimos antes que, diante dos dados comportamentais dos indicadores do mercado de trabalho no país, com as particularidades já apontadas em relação à RMS, esses autores concluem pela sugestão da importância de fenômenos mais estruturais na explicação das taxas de desemprego, cuja relativa estabilidade poderia ser explicada por maior mobilidade entre a inatividade e o desemprego, mais do que pelos movimentos internos à PEA, entre ocupação e desemprego.

Outro estudo ilustrativo das características atuais do mercado de trabalho da RMS é o de Menezes e Carrera-Fernandez (1998). Os autores concluem que, por seu trabalho voltado basicamente para a questão da segregação do mercado de trabalho na região, não teria sido provada, de forma conclusiva, a discriminação racial contra o homem negro no mercado regional do setor terciário, enquanto as mulheres, como um todo, no entanto, sofrem clara discriminação nesse segmento do mercado de trabalho, principalmente as brancas, à medida que suas rendas são estatisticamente menores que as dos homens, quando submetidas aos mesmos atributos pessoais produtivos.

Pretendem ainda, esses autores, ter evidenciado a “leviandade ou invalidez” do pressuposto de que o grupo de trabalhadores minoritários sofre mais discriminação do que o majoritário, com os resultados de seu estudo, para aqueles mercados em que os trabalhadores negros representam a maioria, como é o caso da RMS, onde o fato é refutado para o homem branco. No caso das mulheres, dizem ser uma questão mais difícil,

principalmente porque a mão-de-obra feminina está associada à menor quantidade de esforço dedicado ao trabalho.

Por último, afirmam que

apenas a melhoria no nível de escolaridade da força de trabalho não é suficiente para eliminar os problemas de segregação por cor ou gênero, no mercado de trabalho informal.

Mercado de Trabalho do Carnaval

Por último, julgamos oportuno também registrar uma espécie de onda mais recente na Região Metropolitana do Salvador, no âmbito do mercado de trabalho, que talvez se pudesse considerar mais no campo onde outros já o localizam, ou seja, o de um setor geral denominado de “turismo, cultura e lazer”, mas que preferimos caracterizar sob a rubrica do “carnaval”, como o fez Maria de Lourdes Siqueira (1998), em seu trabalho em torno da questão. De qualquer modo, esse trabalho teve o mérito de discutir o que considera uma espécie de grande mercado de trabalho em potencial, desde o ângulo da polêmica em torno da vocação da cidade núcleo dessa região.

Ora, fundamentalmente, a depender dos critérios que sejam adotados, nem se poderia descartar o caráter industrial da RMS, uma vez que ponderável parcela do emprego industrial do Estado está em seu interior, onde se localiza o Pólo Petroquímico. Entretanto, também é óbvia a supremacia do setor terciário no tocante à participação relativa dos setores econômicos no total da população ativa regional ocupada. Além disso, já há no meio intelectual local quem fale de um setor “quartenário” ligado à produção de bens culturais, de certos serviços especiais, de turismo, etc.

De qualquer modo, é inquestionavelmente relevante saber que cerca de 50.000 pessoas trabalham durante o período de realização do carnaval, na cidade do Salvador, além do fato de que as organizações

de trios, blocos afro grandes e pequenos, e outras organizações carnavalescas desenvolvem alguma atividade, durante o ano, relacionadas diretamente com o carnaval. Na verdade, do debate sobre o carnaval (já bastante amplo) e o mercado de trabalho em Salvador, resumido e apresentado pelo texto de Siqueira, evidenciam-se não só uma gama de atividades que de alguma maneira já ocupa bastante gente e sobretudo gera renda, como outras tantas que poderiam se originar de novas intervenções no que já está sendo chamado, nessa região, de “negócio do Carnaval”.

Para resumir, a título de exemplo, vale reproduzir a ilustração de Paulo Miguez no debate em referência, no interior de sua proposta de transformação de estratégias de sobrevivência no que ele chama de estratégia de desenvolvimento, com o caso da “economia do amendoim”, em torno da qual uma família de trinta e dois membros consegue manter-se e sustentar-se, vivendo da “venda de amendoim”.

É dele ainda o registro de um invocado “sucesso de mercado” com possibilidades internacionais, para a atividade de fabricação e venda de “acarajé”, até pouco tempo identificada como parcela relevante do setor informal. Aliás, sobre essa última atividade, faz pouco tempo aflorou aí, como questão pública, o que se denominou nos jornais locais de uma guerra de “guerra do acarajé”, representada pelo conflito entre as baianas do acarajé, entre as quais “Dinha” e “Regina”, das mais famosas, que disputavam um ponto de produção e venda, cujos negócios envolvem relações com bares, pagodes, sambões, vendedores de cerveja e outros produtos ligados ao consumo do acarajé, além de hipotéticas articulações com as distintas colorações políticas das sucessivas administrações municipais.

Em termos mais gerais, dados mais recentes sobre o mercado de trabalho metropolitano no país, ao lado de registrarem elevadas taxas de desemprego na Região Metropolitana de Salvador, por seu turno, quanto à distribuição regional do crescimento do nível de ocupação metropolitana no Brasil, destacam essa região como notável entre as outras oito, com uma variação positiva de 7,5%, na comparação do período de janeiro a agosto de 1999 com o ano 2000.

Como se pode verificar, as transformações registradas em relação ao artesanato, ao setor primário, à indústria e, sobretudo, ao setor terciário e em todos eles a sua banda informal, por si só demonstram peculiaridades do contexto regional do antigo Recôncavo Baiano e da atual Região Metropolitana de Salvador, capazes de emprestar significados, determinações e condicionantes especiais à conformação do mercado de trabalho local, com as conseqüentes repercussões sobre as taxas de ocupação e de desemprego, senão independentemente mas com certeza com bastante autonomia em sua relação com o recente processo de abertura da economia nacional.

POSSÍVEL LINHA DE PESQUISAS

Tendo em vista as considerações teórico-metodológicas da parte inicial deste texto e as formulações de diversos autores caracterizando situações e processos relativos à Região Metropolitana de Salvador, no tocante ao seu mercado de trabalho, cuja análise aqui recuperada diz respeito mais a uma abordagem de natureza setorial, pode-se verificar que tal mercado, a par de expressar uma configuração do fenômeno do trabalho e mais particularmente do emprego e do desemprego, além de diversas outras variáveis ou dimensões (atividade, rendimento, segregação, discriminação e muitas outras), envolve por

sua vez alguns fenômenos típicos do que se poderia caracterizar como objetos de ciências sociais distintas da economia ou ainda a ela relacionadas numa espécie de entrelaçamento em torno das categorias que representam tais fenômenos.

Nesse caso, poder-se-ia suscitar a necessidade de reflexões mais ou menos estruturais e não apenas no sentido da macroeconomia, mas numa perspectiva multidisciplinar, na busca do entendimento de situações e processos referidos a fenômenos como a “empresa”, o tipo de “ocupação”, as características das pessoas e dos grupos a elas ligadas, a história de cada uma delas, sua configuração como “instituição” e as relações entre as pessoas e grupos, inclusive classes sociais, com tais e outras instituições e entre si, de caráter conflitivo ou não, numa perspectiva regional. Nesse passo é que se configura a proposta de formulação de uma linha de investigações que, provisoriamente, por falta de outro nome no momento, chamaríamos de “multidisciplinar” e que, no caso da Região Metropolitana de Salvador, poderia estar por se fazer e/ou resgatar.

Em muitos desses casos, obviamente, tratar-se-ia de novas pesquisas, mas mesmo estas poderiam partir dos inúmeros estudos existentes sobre setores ou ramos de atividade “informais”, inclusive na atual Região Metropolitana de Salvador e particularmente nos programas de pós-graduação existentes nas áreas das ciências sociais, inclusive “*latu sensu*”, nas Universidades localizadas no estado da Bahia.

Tal linha de pesquisas desdobrar-se-ia nas seguintes vertentes:

- 1 - exploração da suposta variável dependente, no caso, “mercado de trabalho regional” e referido sobretudo ao setor informal, enquanto fenômeno em si, carregado de significados e componentes histórico-culturais e até de peculiaridades das forças produtivas materiais,

em grande medida explicativos do quadro do emprego na região, inclusive na articulação com a “abertura econômica”;

- 2 - investigação do conjunto de dimensões dos significados e componentes não-econômicos ou economicistas, relacionados ao trabalho e ao emprego regional, sem atribuir aprioristicamente a perda de centralidade destes, não obstante a relevância de processos também referidos à família, ao parentesco, ao sexo, à raça, ao lazer, ao lúdico etc.;
- 3 - identificação das mediações e particularmente de conflitos interpessoais e intergrupais, inclusive de classe, dinamizadores desses processos para trás e para a frente.

As pesquisas poderiam ter os seguintes parâmetros:

A - Referencial Teórico

A1. Teorias econômicas:

- da Regulação
- do Setor Informal
- do Desenvolvimento Sustentável
- da Economia Solidária

A2. Outras:

- do Exército Industrial de Reserva
- dos Excluídos

No caso das teorias do exército industrial de reserva e dos excluídos, sugere-se o exame voltado para os setores externo, complementar ou interior ao sistema socioeconômico e sobre os segmentos flutuante, latente ou fixo, abrangendo as dimensões sociológicas, políticas, antropológicas etc., voltadas para a identificação de hipóteses descritivas e explicativas do processo de expansão regional.

Neste plano teórico a idéia é de uma espécie de resgate ou revisão de teorias disponíveis que permitam construir, prévia ou simultaneamente, um modelo teórico e respectivas hipóteses de trabalho balizadoras do estudo empírico das atividades locais.

B - Referencial Empírico

Revisão e reinterpretação de pré-estudos, a exemplo dos contidos nos catálogos da Universidade Federal da Bahia – Ufba, referidos aos cursos de Mestrado e Doutorado das áreas de Sociologia, História, Economia, Educação, Comunicação, Administração e outros.

Tais antecedentes podem ser ilustrados, no campo da sociologia, com os inúmeros trabalhos, sobretudo envolvendo os setores informais, mas não restritos a eles, de autores e autoras como Perseu Abramo, Maria A. Brandão, Nadya Castro, Antonio Sergio Guimarães, Gey Espinheira, Anete B.L. Ivo, Inaiá Carvalho, Alda Motta, Iracema Guimarães, Luiza H. Bairros, Eduardo J.F. Nunes, Elisa A.S. Rocha, Graça Druck, Mary Castro, Vanda Sá Barreto e outros(as).

Na Região Metropolitana de Salvador, tal referencial contemplaria, por outro lado, novas pesquisas, abrangendo bolsões envolventes dos ramos do setor formal, como os petroquímicos, químicos, metalúrgicos, têxteis e outros industriais, construção civil, comércio e serviços e, prioritariamente do setor informal, de categorias como as dos saveiristas, oleiros, couro, rendas, prataria, carnaval (blocos, trios, bandas), prostitutas, jogo do bicho, flanelinhas, feirantes, barraqueiros, ambulantes etc. Observe-se que, não obstante a prioridade sugerida para o setor informal, propõe-se também a análise dos setores econômicos gerais (agropecuária, indústria, comércio e serviços) em

sua expressão formal, tento em vista a necessidade de serem captados igualmente os previsíveis nexos entre estes e as atividades informais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Perseu. **Aspectos estruturais do trabalho na Bahia** Salvador: Ufba, 1969.
- ALMEIDA, Rômulo. Bahia: impasses e perspectivas. **Rev. Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 3, p. 30-32, set./abr., 1987.
- AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de, MENEZES, Wilson Ferreira. Mudanças nos mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas, desemprego e informalidade. **Rev. Força de Trabalho e Emprego**. Salvador, v. 14, n. 1, jan/abr., 1996.
- AZEVEDO, José Sergio G. Algumas investigações sobre os ocupados na indústria da região metropolitana de Salvador. **Rev. Força de Trabalho e Emprego**, v. 10, n. 1, p. 22-28, jan/abr., 1993.
- CORIAT, Benjamin. La theorie de la regulación. In: **ECOLE de la regulation et critique de la raison economique**. Paris: L'Harmattan, 1994. p. 101-152.
- KRAYCHETE, Gabriel. Trabalho informal e economia popular urbana. In: CORREIA, Cláudia *et al* (Org), **Economia informal e viabilidade econômica**, [s.l.], CEAS, 1998.
- MACHADO, Gustavo B. Reforma agrária e meio ambiente: perspectivas convergentes. **Rev. Bahia - Análise & Dados**, Salvador, v. 7, n. 4, mar, p. 168-173, 1998.
- MARUANI, Margaret, REYNAUD, Emmanuele. **Sociologie de l'emploi**. Paris: La Decouverte, 1993.
- MAURICE, Marc. La question du changement technique et la sociologie du travail. **TRAITÉ de sociologie du travail**. Bruxelles: De Boeck, 1994.
- MENEZES, Wilson, CARREIRA-FERNANDEZ. Mercado de trabalho informal do setor terciário na RMS. **Rev. Bahia - Análise & Dados**, Salvador, v. 8, n.1, jun., p. 117-127, 1998.
- REYNAUD, J.D. Conflit et regulation sociale, esquisse d'une theorie de la regulation conjointe. **Revue Française de Sociologie**, [s.l.], v. 20, p. 367-276, s.d.
- SÁ BARRETO, Vanda de. Processo de modernização da agropecuária baiana. In: **Rev. Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 3, mar/ago.
- SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Carnaval...um grande mercado de trabalho. In: **SEMINÁRIOS DE CARNAVAL**, Salvador: UFBa, p. 163-214, 1998.